

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	36
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	37
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
Total	102.942.556
Em Tesouraria	
Ordinárias	126.900
Preferenciais	100.600
Total	227.500

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2019	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2019	Preferencial		0,12944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	6.396.934	5.936.980
1.01	Ativo Circulante	3.713.967	3.582.076
1.01.01	Disponibilidades	12.757	10.176
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	817.942	887.902
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	817.942	887.902
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	764.210	563.338
1.01.03.01	Carteira Própria	47.634	21.627
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	709.922	534.724
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.654	6.987
1.01.04	Relações Interfinanceiras	72.932	185.103
1.01.06	Operações de Crédito	1.953.662	1.837.327
1.01.06.01	Setor Privado	1.968.920	1.873.021
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.783	2.601
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-18.041	-38.295
1.01.08	Outros Créditos	78.445	84.358
1.01.08.02	Diversos	78.422	84.340
1.01.08.03	Rendas a Receber	39	48
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-16	-30
1.01.09	Outros Valores e Bens	14.019	13.872
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	7.075	7.483
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.800	-2.246
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.744	8.635
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.673.460	2.345.623
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.323	6.438
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.323	6.438
1.02.05	Operações de Crédito	2.454.102	2.143.166
1.02.05.01	Setor Privado	2.493.843	2.163.255
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	196	780
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-39.937	-20.869
1.02.07	Outros Créditos	211.207	194.075
1.02.07.01	Diversos	211.454	194.183
1.02.07.02	(Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa)	-247	-108
1.02.08	Outros Valores e Bens	3.828	1.944
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	3.828	1.944
1.03	Ativo Permanente	9.507	9.281
1.03.01	Investimentos	751	751
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.308	1.308
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.682	7.510
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	16.129	15.697
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-8.447	-8.187
1.03.04	Intangível	1.074	1.020
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	3.470	3.196
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-2.396	-2.176

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	6.396.934	5.936.980
2.01	Passivo Circulante	2.821.043	2.623.129
2.01.01	Depósitos	2.648.402	2.439.886
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.648.402	2.439.886
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	12.110	18.836
2.01.07.01	BNDES	1.022	926
2.01.07.02	FINAME	11.088	17.910
2.01.09	Outras Obrigações	160.531	164.407
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.687	856
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	10.784	15.482
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	19.992	22.804
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.743	64.562
2.01.09.06	Diversos	53.325	60.703
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.637.519	2.395.668
2.02.01	Depósitos	2.165.365	2.078.133
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.165.365	2.078.133
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	4.137	7.702
2.02.07.01	BNDES	1.141	1.615
2.02.07.02	FINAME	2.996	6.087
2.02.09	Outras Obrigações	468.017	309.833
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	100.184	60.403
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	335.252	219.383
2.02.09.03	Diversos	32.581	30.047
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	15.101	19.123
2.05	Patrimônio Líquido	923.271	899.060
2.05.01	Capital Social Realizado	448.030	423.430
2.05.01.01	De Domiciliados no País	424.332	401.038
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	23.698	22.392
2.05.02	Reservas de Capital	3.056	3.183
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.099
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-1.043	-916
2.05.04	Reservas de Lucro	472.185	472.447
2.05.04.01	Legal	66.355	64.853
2.05.04.02	Estatutária	405.830	407.594

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	162.564	321.336	153.261	300.359
3.01.01	Operações de Crédito	256.897	422.833	59.129	234.625
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	23.413	46.786	16.654	34.837
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-120.929	-155.485	69.935	14.089
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência Ativos Fin	3.183	7.202	7.543	16.808
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-80.758	-162.924	-73.832	-151.483
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-76.720	-152.134	-71.097	-141.289
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-264	-573	-541	-2.697
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.673	-9.989	-1.962	-6.923
3.02.05	Oper.Venda ou Tranferência Ativos Fin	-101	-228	-232	-574
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	81.806	158.412	79.429	148.876
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-53.779	-111.115	-53.287	-98.463
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	14.183	27.351	12.625	24.046
3.04.02	Despesas de Pessoal	-31.983	-61.087	-28.293	-56.416
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-18.442	-38.426	-17.650	-33.508
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.495	-11.058	-5.228	-10.718
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.341	2.067	494	2.167
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-13.383	-29.962	-15.235	-24.034
3.05	Resultado Operacional	28.027	47.297	26.142	50.413
3.06	Resultado Não Operacional	-50	219	-269	-418
3.06.01	Receitas	137	662	81	164
3.06.02	Despesas	-187	-443	-350	-582
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	27.977	47.516	25.873	49.995
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-8.004	-14.875	-6.733	-14.668
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-4.573	-9.672	-4.110	-9.774
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-2.925	-6.171	-3.458	-8.238
3.08.03	Créditos Trib. I. Renda e C. Social	-506	968	835	3.344
3.09	IR Diferido	-26	-53	-26	-53

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.215	-2.541	-1.200	-2.286
3.10.01	Participações	-1.215	-2.541	-1.200	-2.286
3.10.01.01	Empregados	-1.215	-2.541	-1.200	-2.286
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	18.732	30.047	17.914	32.988
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	182,39000	292,53000	174,16000	320,71000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	18.732	30.047	17.914	32.988
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.732	30.047	17.914	32.988

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-57.092	15.196
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.155	33.673
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	30.047	32.988
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	992	868
6.01.01.03	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	9.983	6.923
6.01.01.04	Ajustes Provisão Passivos Contingentes	11.045	-5.689
6.01.01.05	Ajustes de atualização de depósito judicial	-466	-132
6.01.01.06	Ajuste Provisão p/ Desvalorização Outros Valores e Bens	-446	-1.285
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-108.247	-18.477
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Vtrs. Mobiliários	-198.757	-27.522
6.01.02.02	(Aum.) Red. Relações Interfinanceiras	112.170	-13.693
6.01.02.03	(Aum.) Red. Operações de Créditos	-437.253	-453.122
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Créditos	-11.168	121.636
6.01.02.05	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-1.546	727
6.01.02.06	Aquisição de Bens não de uso próprio	-2.363	-2.333
6.01.02.07	Alienação de Bens não de uso próprio	2.324	2.278
6.01.02.08	Aum. (Red.) Depósitos	295.748	413.834
6.01.02.10	Aum. (Red.) Obrig Empréstimos e Repasses	-10.291	-14.913
6.01.02.11	Aum. (Red.) Instr. Financeiros Derivativos	126.051	-7.690
6.01.02.12	Aum. (Red.) Outras Obrigações	38.692	-27.784
6.01.02.13	Aum. (Red.) Resultado Exercícios Futuros	-4.022	3.868
6.01.02.14	Pagamento de I.de Renda e C. Social	-17.832	-13.763
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-804	-522
6.02.02	Aquisição de imobilizados de uso	-955	-1.050
6.02.04	Aplicações no Intangível	-287	-28
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	23	83
6.02.08	Dividendos recebidos	415	473
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.483	-10.430
6.03.01	Dividendos e Juros s/cap. próprio pagos	-9.356	-9.990
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias	-127	-440
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-67.379	4.244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	898.078	721.717
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	830.699	725.961

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.03	Saldo Ajustado	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	30.047	0	30.047
5.05	Destinações	0	0	0	24.338	-30.047	0	-5.709
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.709	0	-5.709
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	24.338	-24.338	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	24.600	0	0	-24.600	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-127	0	0	0	0	-127
5.13	Saldo Final	448.030	3.056	0	472.185	0	0	923.271

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.03	Saldo Ajustado	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	32.988	0	32.988
5.05	Destinações	0	0	0	23.771	-32.988	0	-9.217
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-9.217	0	-9.217
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.771	-23.771	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	23.400	0	0	-23.400	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-440	0	0	0	0	-440
5.13	Saldo Final	423.430	3.729	0	447.176	0	0	874.335

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	340.984	319.231
7.01.01	Intermediação Financeira	321.336	300.359
7.01.02	Prestação de Serviços	27.351	24.046
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.989	-6.923
7.01.04	Outras	2.286	1.749
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.067	2.167
7.01.04.02	Resultados não-operacionais	219	-418
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-152.936	-144.560
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.127	-53.102
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-822	-1.565
7.03.02	Serviços de Terceiros	-62.305	-51.537
7.04	Valor Adicionado Bruto	124.921	121.569
7.05	Retenções	-992	-868
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-992	-868
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	123.929	120.701
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.929	120.701
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	123.929	120.701
7.09.01	Pessoal	54.762	50.121
7.09.01.01	Remuneração Direta	39.915	37.597
7.09.01.02	Benefícios	11.553	9.445
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.294	3.079
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.852	34.019
7.09.02.01	Federais	33.059	32.480
7.09.02.02	Estaduais	7	4
7.09.02.03	Municipais	1.786	1.535
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.268	3.573
7.09.03.01	Aluguéis	4.268	3.573
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.047	32.988
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.709	9.217
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.338	23.771

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos semestres. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do semestre as dificuldades para a tramitação da reforma da previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, com foco em desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo colocada em segundo plano.

Apesar das dificuldades da articulação política para garantir a tramitação da reforma no congresso, chegou-se ao fim do semestre com a expectativa de aprovação de uma reforma robusta, com uma economia prevista para os próximos 10 anos consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso de mercado e perspectiva de aprovação potencial em 1º turno no plenário da câmara antes do recesso parlamentar.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. O nível de atividade econômica, na falta de estímulos concretos adicionais, não sustentou as previsões otimistas do início do ano. O PIB no 1º trimestre recuou 0,2% em relação ao último trimestre de 2018 e as previsões para o 2º trimestre indicam um incremento apenas ligeiramente superior a zero.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou bastante adverso no decorrer do 1º semestre. Em meio à continuidade da indefinição no conflito comercial entre Estados Unidos e China, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento ao redor do mundo. Respondendo a esse cenário, os principais bancos centrais optaram por sinalizar de forma mais explícita a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário.

No Brasil, esse ambiente de desaquecimento da economia global e maior liquidez corroborou o quadro de menor risco inflacionário derivado da decepção com o ritmo de crescimento doméstico e, com o aumento concreto das chances de aprovação da reforma da previdência, permitiu à autoridade monetária sinalizar a possibilidade de também iniciar aqui um ciclo de afrouxamento monetário.

A expectativa para o 2º semestre é aprovação da reforma da previdência pelo senado ao redor de outubro, e de que o governo possa se voltar à agenda de crescimento econômico, com algumas medidas pontuais com efeito de curto prazo (como a liberação de recursos do FGTS, por exemplo) e mais foco em uma agenda de longo prazo (incentivo ao investimento, desestatização, energia, infraestrutura, medidas de auxílio a estados e municípios e reforma administrativa). Passada a aprovação da reforma da previdência, o governo também se voltará para levar adiante a reforma tributária, de trâmite igualmente difícil, e que deve dominar as discussões do congresso no 2º semestre, embora sem chances concretas de aprovação no curto prazo.

Com elevados índices de desemprego e ociosidade na economia, gastos públicos e demanda externa comprometidos, muito da retomada esperada no 2º semestre e também adiante dependerá da retomada da confiança entre os agentes quanto à capacidade do governo de implementar a contento sua agenda de longo prazo. A expectativa para o crescimento da economia este ano aponta para uma expansão de 0,8% no PIB, já considerando o impulso esperado de curto prazo com a liberação de recursos do FGTS e um provável ciclo de corte de juros de 100p.p. na taxa selic pelo copom no decorrer do 2º semestre.

Comentário do Desempenho

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Semestre

O lucro líquido da Companhia no semestre atingiu R\$ 30.047 mil (2018 R\$ 32.988 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 6,99% (2018 7,90%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 899.060 mil (30/06/2018 R\$ 851.004 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 292,53 (2018 R\$ 320,71).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.709 mil (2018 R\$ 9.217 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ zero (2018 R\$ 11,25) e R\$ 129,44 (2018 R\$ 193,72) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, conforme nota explicativa 12b.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 923.271 mil ao final do semestre (30/06/2018 R\$ 874.335 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 8.988,66 (30/06/2018 R\$ 8.500,21).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 448.030 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,11% ao final do semestre (30/06/2018 19,21%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.833.120 mil na data do balanço (31/12/2018 R\$ 4.550.195 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.813.767 mil (31/12/2018 R\$ 4.518.019 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 16.247 mil (31/12/2018 R\$ 26.538 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 3.106 mil (31/12/2018 R\$ 5.638 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 6.396.934 mil ao final do semestre (31/12/2018 R\$ 5.936.980 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 768.533 mil na data do balanço (31/12/2018 R\$ 569.776 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R\$ 72.934 mil (31/12/2018 R\$ 185.111 mil) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 257.909 mil (31/12/2018 R\$ 170.010 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.606.517 mil ao final do semestre (31/12/2018 R\$ 4.325.923 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 45.072 mil (31/12/2018 R\$ 44.938 mil), correspondente a 1,05% (31/12/2018 1,13%) do total da carteira de crédito.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 58.242 mil (31/12/2018 R\$ 59.302 mil), representando 1,36% (31/12/2018 1,49%) do total da carteira de crédito, 27,38% (31/12/2018 35,54%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

Comentário do Desempenho

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 08 de agosto de 2019, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

6. AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

DIRETORIA

Rubens Bution
Diretor Presidente

DIRETORES

Antonio José Ambrozano Neto Fabio Alberto Amorosino Fabiano Siqueira de Oliveira Pedro Elias Dabbur

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 08 de agosto de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Presidente

CONSELHEIROS

Humberto Mourão de Carvalho Luiz Alves Paes de Barros

Notas Explicativas

EM MILHARES DE REAIS

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Atividade e estrutura do Grupo:

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

b) Apresentação das informações trimestrais:

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 07/08/2019 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 08/08/2019.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os

Notas Explicativas

procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às informações trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo : Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras “c” e “d”).

c) Títulos e Valores Mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

Notas Explicativas

d) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- **Hedge de Risco de Mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (“hedge”) com natureza de “hedge de fluxo de caixa”.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para “hedge” risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros:

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN no. 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito Vinculadas à Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

f) Ativo Permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e;
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas Explicativas

h) Impostos e Contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das informações trimestrais da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e
- Passivos contingentes (vide nota nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

j) Ativos e Passivos Contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos Contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos Contingentes – Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) Moeda funcional e de apresentação: As informações trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro no montante de R\$ 817.942 (31/12/2018 R\$ 887.902) com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/07/2019.

Notas Explicativas

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	47.634	21.627
Vinculados a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	709.922	534.724
TOTAL - Títulos e Valores Mobiliários	757.556	556.351
Swaps – Diferencial a Receber (nota 15d)	10.977	13.425
TOTAL – Instrumentos Financeiros Derivativos	10.977	13.425
TOTAL GERAL	768.533	569.776

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

<u>Títulos para Negociação</u>	<u>361 a 1.080</u> <u>dias</u>	<u>Acima de</u> <u>1.080</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Títulos para Negociação				
Letras Financeiras do Tesouro (i)	603.962	153.594	757.556	556.351
Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (i)	603.962	153.594	757.556	556.351
% Concentração por Prazo	79,7%	20,3%	100,0%	

- “Títulos para Negociação”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 236 (31/12/2018 R\$ 130 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 757.320 (31/12/2018 R\$ 556.221) e de mercado R\$ 757.556 (31/12/2018 R\$ 556.351), foi registrado sob o título “Resultado com Títulos e Valores Mobiliários”.

Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	701.336	526.366
Títulos dados em garantia em ações judiciais	8.586	8.359
Total	709.922	534.724

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

<u>Setores de Atividade:</u>	<u>30/06/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Setor Privado				
Rural	7.018	0,2	6.202	0,2
Indústria	33.824	0,8	38.195	1,0
Comércio	470.399	11,0	450.060	11,3
Instituições Financeiras	61.135	1,4	96.813	2,4
Outros Serviços	262.022	6,1	250.776	6,3
Pessoas Físicas	3.441.276	80,5	3.128.756	78,8
Total da Carteira	4.275.674	100,0	3.970.802	100,0
Empréstimos	2.652.784	62,0	2.384.185	60,0
Financiamentos	1.552.070	36,3	1.482.081	37,3
Operações de crédito vinculados à cessão	2.979	0,1	3.381	0,1
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	59.862	1,4	96.396	2,5
Outros Créditos (nota 6)	7.979	0,2	4.759	0,1
Total da Carteira	4.275.674	100,0	3.970.802	100,0
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	257.909		170.010	
Relações Interfinanceiras (*)	72.934		185.111	
Total Global	4.606.517		4.325.923	

(*) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de riscos e benefícios, o qual em 30/06/2019 possuía provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 2 (30/06/2018 R\$ zero), valor líquido de provisão R\$ 72.932 (31/12/2018 R\$ 185.103).

Notas Explicativas

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento:	30/06/2019				31/12/2018			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	1.274.364	10.383	1.284.747	30,0	1.193.513	11.018	1.204.531	30,3
- de 181 a 360 dias	706.066	7.069	713.135	16,7	713.134	7.484	720.618	18,1
- acima de 360 dias	2.250.172	19.494	2.269.666	53,1	2.019.217	18.463	2.037.680	51,4
Total Vincendas	4.230.602	36.946	4.267.548	99,8	3.925.864	36.965	3.962.829	99,8
Vencidas								
- até 60 dias	-	2.709	2.709	0,1	-	2.820	2.820	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.380	3.380	0,1	-	3.305	3.305	0,1
- acima de 180 dias	-	2.037	2.037	-	-	1.848	1.848	-
Total Vencidas	-	8.126	8.126	0,2	-	7.973	7.973	0,2
Total da Carteira	4.230.602	45.072	4.275.674	100,0	3.925.864	44.938	3.970.802	100,0

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	30/06/2019					31/12/2018				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*)			Mínima	Contábil	(*)			Mínima	Contábil
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	268.925	-	268.925	-	-	276.528	-	276.528	-	-
A	3.811.323	-	3.811.323	19.057	19.819	3.481.600	-	3.481.600	17.408	21.585
B	109.446	7.896	117.342	1.173	3.462	126.329	6.717	133.046	1.330	2.701
C	19.047	7.839	26.886	807	2.667	16.985	9.276	26.261	788	2.613
D	13.966	4.938	18.904	1.889	5.669	19.177	4.824	24.001	2.400	7.198
E	3.768	3.683	7.451	2.235	3.725	739	3.927	4.666	1.400	2.333
F	2.315	4.160	6.475	3.237	4.532	2.133	3.956	6.089	3.045	4.262
G	318	3.159	3.477	2.434	3.477	366	3.728	4.094	2.866	4.093
H	1.494	13.397	14.891	14.891	14.891	2.007	12.510	14.517	14.517	14.517
Total	4.230.602	45.072	4.275.674	45.723	58.242	3.925.864	44.938	3.970.802	43.754	59.302

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	1º Semestre	
	2019	2018
Saldo inicial no período	(59.302)	(79.447)
Complemento líquido de reversão	(9.989)	(6.923)
Baixas líquidas dos valores recuperados	11.049	12.208
Saldo final no período	(58.242)	(74.162)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 58.242 (31/12/2018 R\$ 59.302), correspondente a 1,36% (30/06/2018 1,78%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 13.108 (2018 R\$ 14.745), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 6.207 (2018 R\$ 6.740). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 38.005 (31/12/2018 R\$ 39.628) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

Notas Explicativas

e) Cessão de Crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 “e” destas informações trimestrais.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R\$ 2.979 (31/12/2018 R\$ 5.397), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 358 (2018 R\$ 927), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 3.106 (31/12/2018 R\$ 5.638), tendo sido apropriadas no semestre despesas de juros no montante de R\$ 228 (2018 R\$ 574) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 9 (31/12/2018 R\$ 26).

A partir de Novembro/2016 a Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no semestre corresponde a R\$ 397.803 (2018 R\$ 312.755), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 57.438 (2018 R\$ 39.718) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

06. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos tributários (nota 8b)	153.136	112.250
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	59.862	96.396
Depósitos judiciais	40.042	40.496
Carteira de crédito - recursos em trânsito	16.454	11.022
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	9.790	12.930
Títulos e créditos a receber	7.979	4.759
Tributos antecipados	255	108
Outros créditos	2.358	562
Total	<u>289.876</u>	<u>278.523</u>

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

07. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

Notas Explicativas**08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:**

	1º Semestre	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	44.975	47.709
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(17.990)	(21.469)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	3.062	6.748
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	2.284	4.148
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(2.407)	(4.061)
Créditos Amortizados para prejuízo	487	(226)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	427	2.378
Contingências fiscais e trabalhistas	(726)	655
Obrigações fiscais diferidas	(53)	(50)
Ativo fiscal diferido	968	3.344
Outros valores (**)	2.082	560
Imposto de renda e contribuição social	(14.928)	(14.721)
Sendo		
Impostos correntes	(15.843)	(18.012)
Impostos diferidos	915	3.291
Despesa contabilizada	(14.928)	(14.721)

(*) Vide nota explicativa nº 2h.

(**) Em 2019, refere-se basicamente a reversão de provisão para serviço de tecnologia.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	14.983	4.418	(3.643)	15.758
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	23.724	624.122	(624.548)	23.298
Créditos Amortizados para Prejuízo	6.543	1.316	(1.803)	6.056
Outros Créditos Tributários	4.910	4.071	(5.541)	3.440
Derivativos	62.090	54.465	(11.971)	104.584
Total - Crédito Tributário Ativo	112.250	688.392	(647.506)	153.136
Derivativos	(67.393)	(51.786)	11.867	(107.312)
Outros	(988)	(52)	-	(1.040)
Total - Obrigações Fiscais Diferidas	(68.381)	(51.838)	11.867	(108.352)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	43.869			44.784
% sobre Patrimônio Líquido	5,0%			4,9%

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2019, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
17%	25%	16%	15%	12%	15%

Em 30/06/2019, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 39.657 (31/12/2018 R\$ 38.262).

Notas Explicativas

09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2019
Depósitos Interfinanceiros (i)	1.150.864	1.497.538	2.160.059	5.306	4.813.767
Obrigações por Repasses (ii)	4.456	7.654	3.641	496	16.247
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	960	2.127	19	-	3.106
Total de Captações	1.156.280	1.507.319	2.163.719	5.802	4.833.120
% Concentração por Prazo	23,9%	31,2%	44,8%	0,1%	100,0%

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2018
Depósitos Interfinanceiros	322.371	2.117.515	2.061.468	16.665	4.518.019
Obrigações por Repasses	5.332	13.504	6.802	900	26.538
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.226	3.052	1.360	-	5.638
Total de Captações	328.929	2.134.071	2.069.630	17.565	4.550.195
% Concentração por Prazo	7,2%	46,9%	45,5%	0,4%	100,0%

Os recursos captados no País para repasses a clientes possuem as seguintes características:

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 27/06/2022 indexados à taxa pré-fixada que variam de 4,99% a 12,70% a.a. e pós-fixada indexado em 96% a 109,00% do CDI;

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96% a.a. mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada 1,40% até 2,34% a.a. mais SELIC, pós-fixada de 4,09% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC e pré-fixada de 1,30% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	6.336	8.373
Impostos e contribuições a recolher	5.488	6.453
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	108.352	68.381
Total	120.176	83.207

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 "b");

b) Diversas:

	30/06/2019	31/12/2018
Contingência trabalhista (nota 11)	33.458	31.546
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	23.372	26.390
Provisões de pessoal e administrativa	16.879	19.296
Contingências Fiscais (nota 11)	5.107	4.958
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	3.106	5.638
Contingência cível (nota 11)	830	952
Credores diversos	3.154	1.970
Total	85.906	90.750

Notas Explicativas

11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		
	<u>Previdenciárias (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Cíveis (c)</u>
Saldo inicial em 01/01/2019	4.958	31.546	952
(+) Complemento de provisão	41	9.708 (*)	1.231
(+) Atualização de provisão	108	-	-
(-) Baixa por pagamento	-	(7.796 (**))	(1.310)
(-) Baixa por reversão	-	-	(43)
Saldo final em 30/06/2019	5.107	33.458	830

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(**) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações - Diversas”.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 5.722 (31/12/2018 R\$ 4.737).

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações – Diversas”, no exigível a longo prazo (vide nota nº 10 “b”).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 24.890 (31/12/2018 R\$ 23.838) na data destas informações trimestrais.

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “Outras Obrigações - Diversas” (vide nota nº 10 “b”). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.107 (31/12/2018 R\$ 4.722) na data destas informações trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 448.030, mediante incorporação de reservas de lucros.

Notas Explicativas

b) Dividendos: O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. De acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º: “Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% sobre a parte do capital representada pelas ações preferenciais, mantendo-se e preservando-se, desta forma, o direito originário ao dividendo anual mínimo de 8% calculado sobre o valor nominal das mesmas ações para preferentemente a qualquer outro dividendo”, conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo	30/06/2019	30/06/2018
Lucro Líquido do Período	30.047	32.988
(-) Reserva Legal	(1.502)	(1.649)
Lucro Líquido Ajustado	28.545	31.339
Juros sobre Capital Próprio - Valor Bruto	5.709	9.217
(-) Imposto de Renda na Fonte - 15%	(856)	(1.383)
Juros sobre Capital Próprio - Valor Líquido	4.853	7.834
% sobre o Lucro Líquido Ajustado	17%	25%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 5.709 (30/06/2018 R\$ 9.217), correspondendo ao valor bruto de R\$ 129,44 (30/06/2018 R\$ 193,72) por lote de mil ações preferenciais e R\$ zero (30/06/2018 R\$ 11,25) por lote de mil ações ordinárias, respectivamente. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 2.284 (30/06/2018 R\$ 3.687) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

A seguir demonstramos os valores aprovados:

Tipo de Ação	Valores por Lote de 1.000 Ações		R\$ Mil
	Quantidade de Ações	1º Semestre	
ON	58.736.269	-	-
ON	(126.900) (*)	-	-
PN	44.206.287	129,44	5.722
PN	(100.600) (*)	129,44	(13)
	102.715.056		5.709

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	30/06/2019	31/12/2018
Reserva legal	66.355	64.853
Reservas estatutárias - aumento de capital	328.361	332.409
Reservas estatutárias - dividendos	77.469	75.185
Total	472.185	472.447

d) Ações em Tesouraria - Programa de Recompra de Ações:

d1. O Programa de Recompra de Ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

d2. Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o 1º semestre de 2019, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 100 ações ordinárias no montante de R\$ 1 e 19.500 ações preferenciais no montante de R\$ 110.

Notas Explicativas

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2019 é de 126.900 ações ordinárias e 100.600 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.043.

Em 30/06/2019 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,35 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 5,60, R\$ 5,63 e R\$ 5,65 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2019, era de R\$ 6,83 por ação ON e R\$ 7,34 por ação PN.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018	1º Semestre	
			2019	2018
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	11.989	8.478	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	11.989	8.478	-	-
Banco Alfa S.A.	11.989	8.478	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(3.995.824)	(3.630.117)	(124.518)	(121.486)
- Outras partes relacionadas (1)	(3.995.824)	(3.630.117)	(124.518)	(121.486)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(364.202)	(865.633)	(22.259)	(26.906)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(3.631.622)	(2.764.484)	(102.259)	(94.580)
Aquisição de ativos financeiros	799.927	752.340	58.281	50.565
- Outras partes relacionadas (2)	61.135	96.808	7.298	16.808
Banco Alfa S.A.	61.135	96.808	7.298	16.808
- Outras partes relacionadas (3)	738.792	655.532	50.983	33.757
Banco Alfa S.A.	737.895	655.532	50.916	33.757
C&C Casa e Construção Ltda	58	-	63	-
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda	839	-	4	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(2.806)	(5.152)	(3.301)	(5.533)
- Outras partes relacionadas	(1.014)	(2.450)	(1.193)	(2.365)
Alfa Holdings S.A.	(1)	(314)	(1)	(198)
Consortio Alfa de Administração S.A.	(1)	(314)	(1)	(197)
Corumbal Participações e Administração	(1.012)	(1.818)	(1.191)	(1.970)
Pessoal Física	-	(4)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(1.792)	(2.702)	(2.108)	(3.168)
Outras transações (4)	(476)	(436)	(6.348)	(4.919)
- Outras partes relacionadas	(476)	(436)	(6.348)	(4.919)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	(1)	(1)	-
Banco Alfa S.A.	(124)	(106)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A	(352)	(329)	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(25)	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(1.511)	(1.041)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(223)	(828)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(4.588)	(3.050)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 61.023 (31/12/2018 R\$ 96.396) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ 112 (31/12/2018 R\$ 412).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

Notas Explicativas

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à arrendamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 5.185 (2018 R\$ 4.389) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2019: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Conglomerado”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Conglomerado. Os riscos, falhas e ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Conglomerado, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Conglomerado. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao Chief Risk Officer (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Conglomerado, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Conglomerado exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

O Conglomerado deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Conglomerado deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Conglomerado tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Conglomerado, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Conglomerado, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Conglomerado, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Conglomerado.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Conglomerado visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

Notas Explicativas**a) Instrumentos financeiros derivativos:**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	4.950	6.241
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(403.968)	(276.761)
Total	(399.018)	(270.520)
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	6.654	6.987
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	4.323	6.438
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(74.743)	(64.562)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(335.252)	(219.383)
Total	(399.018)	(270.520)

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Valor de</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor de</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor Justo</u>
	<u>Referência</u>	<u>Amortizado</u>		<u>Referência</u>	<u>Amortizado</u>	
Pré	54.099	95.829	99.889	83.734	139.443	145.443
Mercado Interfinanceiro	51.000	95.027	95.027	77.037	140.584	140.584
Posição Ativa	105.099	190.856	194.916	160.771	280.027	286.027
Pré	51.000	97.364	100.756	77.037	141.968	146.617
Mercado Interfinanceiro	54.099	89.210	89.210	83.734	133.169	133.169
Posição Passiva	105.099	186.574	189.966	160.771	275.137	279.786
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	4.282	4.950	-	4.890	6.241

c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:

	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Valor de</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor de</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor</u>
	<u>Referência</u>	<u>Amortizado</u>	<u>Justo</u>	<u>Referência</u>	<u>Amortizado</u>	<u>Justo</u>
Mercado Interfinanceiro	3.180.556	3.576.394	3.576.394	3.030.740	3.435.637	3.435.637
Posição Ativa	3.180.556	3.576.394	3.576.394	3.030.740	3.435.637	3.435.637
Pré	3.180.556	3.729.051	3.980.362	3.030.740	3.554.428	3.712.398
Posição Passiva	3.180.556	3.729.051	3.980.362	3.030.740	3.554.428	3.712.398
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(152.657)	(403.968)	-	(118.791)	(276.761)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Ativo - Saldo a Receber</u>			<u>Ativo - Saldo a Receber</u>		
	<u>Hedge de</u>			<u>Hedge de</u>		
	<u>Negociação</u>	<u>valor justo</u>	<u>Total</u>	<u>Negociação</u>	<u>valor justo</u>	<u>Total</u>
de swaps	10.977	-	10.977	13.424	1	13.425
	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Passivo - Saldo a Pagar</u>			<u>Passivo - Saldo a Pagar</u>		
	<u>Hedge de</u>			<u>Hedge de</u>		
	<u>Negociação</u>	<u>valor justo</u>	<u>Total</u>	<u>Negociação</u>	<u>valor justo</u>	<u>Total</u>
de swaps	(6.027)	(403.968)	(409.995)	(7.183)	(276.762)	(283.945)

Notas Explicativas

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

Ativo

Negociação:

	30/06/2019					31/12/2018				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	1.780	4.874	4.323	-	10.977	1.541	5.445	6.012	426	13.424

Hedge de valor justo:

	30/06/2019					31/12/2018				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	1.780	4.874	4.323	-	10.977	1.542	5.445	6.012	426	13.425

Passivo

Negociação:

	30/06/2019					31/12/2018				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(730)	(1.780)	(3.517)	-	(6.027)	(895)	(3.063)	(2.651)	(574)	(7.183)

Hedge de valor justo:

	30/06/2019					31/12/2018				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(16.490)	(55.743)	(154.144)	(177.591)	(403.968)	(13.310)	(47.294)	(113.751)	(102.407)	(276.762)
Total	(17.220)	(57.523)	(157.661)	(177.591)	(409.995)	(14.205)	(50.357)	(116.402)	(102.981)	(283.945)

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1º Semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	843	(156.328)	(155.485)	254	13.835	14.089

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1º Semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(683)	(93.343)	(94.026)	(1.246)	72.820	71.574

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

h) Análise de Sensibilidade: Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas informações trimestrais; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante

Notas Explicativas

salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

30/06/2019

<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u> <u>cenário (a)</u>	<u>Deterioração de 25%</u> <u>cenário (b)</u>	<u>Deterioração de 50%</u> <u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	860.488	(17.782)	(14.632)	(28.421)

31/12/2018

<u>Exposição</u>	<u>MTM - Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa</u> <u>cenário (a)</u>	<u>Deterioração de 25%</u> <u>cenário (b)</u>	<u>Deterioração de 50%</u> <u>cenário (c)</u>
Pré-fixada	500.797	(7.970)	(7.742)	(14.712)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Despesas Administrativas:

	<u>1º Semestre</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processamento de dados	(14.614)	(12.058)
Serviços técnicos especializados	(3.811)	(4.365)
Aluguéis	(4.268)	(3.573)
Serviços do sistema financeiro	(3.728)	(3.442)
Serviços de terceiros	(2.507)	(2.461)
Propaganda e publicidade	(2.467)	(642)
Viagem	(1.374)	(1.002)
Promoções e relações públicas	(1.348)	(1.216)
Depreciação e amortização	(992)	(868)
Manutenção e conservação de bens	(621)	(535)
Comunicações	(319)	(1.137)
Água, energia e gás	(305)	(217)
Outras despesas administrativas	(2.072)	(1.992)
Total	(38.426)	(33.508)

b) Outras Receitas Operacionais:

	<u>1º Semestre</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão de provisão para contingências trabalhista	-	1.825
Dividendos e juros sobre o capital recebidos	415	473
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	549	631
Receita com portabilidade de crédito	445	343
Dividendos prescritos	490	442
Recuperação de tributos	-	276
Reversão de provisão para ações cíveis	7	121
Outras rendas operacionais	161	1
Total	2.067	4.112

Notas Explicativas

c) Outras Despesas Operacionais:

	1° Semestre	
	2019	2018
Contingências trabalhistas	(9.708)	(6.969)
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(6.522)	(5.962)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(4.206)	(3.229)
Comissões	(3.827)	(3.410)
Ressarcimento de custo de originação	(1.801)	(1.623)
Contingências cíveis	(1.195)	(533)
Despesas com créditos inadimplentes	(628)	(927)
Atualização de Tributos e complemento para provisão para contingências fiscais	(149)	(141)
Outras despesas operacionais (**)	(1.926)	(3.185)
Total	(29.962)	(25.979)

(*) Conforme nota explicativa 5e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem coobrigação com a empresa ligada Banco Alfa S.A.

(**) Inclui, basicamente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

d) Resultado não Operacional:

	1° Semestre	
	2019	2018
Lucro na alienação de valores e bens	192	124
Prejuízo na alienação de valores e bens	(421)	(219)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	446	(353)
Outras receitas / despesas não operacionais	2	30
Total	219	(418)

e) Contratação de Seguros:

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 90.035 (31/12/2018 R\$ 74.755) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2018 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2018 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

g) Índice de Capital

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2019, atingiu índice de capital de 20,11% (31/12/2018 20,42%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2019, que equivale a 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%).

Notas Explicativas

	Prudencial (1)	
	30/06/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência – Nível I	2.450.766	2.402.773
Capital Principal	2.450.766	2.402.773
Patrimônio Líquido	2.491.173	2.442.617
(-) Ajustes Prudenciais	(40.407)	(39.844)
Patrimônio de Referência (PR)	2.450.766	2.402.773
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.187.135	11.768.496
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.464.382	9.884.410
Risco de Mercado	513.257	684.877
Risco Operacional	1.209.496	1.199.209
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	974.971	1.015.033
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	304.678	220.659
Índice de Basileia	20,11%	20,42%
Capital de Nível I	20,11%	20,42%
Capital Principal	20,11%	20,42%

(1) Conforme a Resolução BACEN nº 4.278, de 31/10/2013, a partir da data-base de janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”.

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748, de 26/02/2015, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2019, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 14,24% (31/12/2018 15,57%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389, de 18/12/2014, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2019	2018
No início do período	898.078	721.717
Disponibilidade	10.176	1.642
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	887.902	720.075
No final do período	830.699	725.961
Disponibilidade	12.757	10.795
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	817.942	715.166
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	(67.379)	4.244

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232.846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001 13 e NIRE 35 3 0004818 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2019, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 7 vezes no período de janeiro a junho de 2019, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria mantém perfeita sinergia com o Comitê de Riscos, tendo um membro em comum. Fez uma reunião semestral com o Diretor da área de Riscos obtendo uma visão estratégica geral, bem como, uma reunião com o Gerente Geral de Administração de Riscos, para um acompanhamento mais focado nos aspectos mais relevantes, e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões, relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. A partir de 02 de julho de 2018, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir. O relatório semestral ICVM 505/2011 deverá conter informações detalhadas da área.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2019; e b) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999. Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, do semestre encerrado em 30 de junho de 2019, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas

São Paulo - SP, 08 de agosto de 2019.

Paulo Alúizio Machado de Andrade

Ciderlene Justino de Souza

Fernando Luiz Ramos Pompeia

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 7 vezes no período de janeiro a junho de 2019, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria mantém perfeita sinergia com o Comitê de Riscos, tendo um membro em comum. Fez uma reunião semestral com o Diretor da área de Riscos obtendo uma visão estratégica geral, bem como, uma reunião com o Gerente Geral de Administração de Riscos, para um acompanhamento mais focado nos aspectos mais relevantes, e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões, relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. A partir de 02 de julho de 2018, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir. O relatório semestral ICVM 505/2011 deverá conter informações detalhadas da área.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2019; e b) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999. Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, do semestre encerrado em 30 de junho de 2019, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas

São Paulo - SP, 08 de agosto de 2019.

Paulo Alúizio Machado de Andrade

Ciderlene Justino de Souza

Fernando Luiz Ramos Pompeia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram o Relatório da Administração e o ITR – Informações Trimestrais relativas ao período findo em 30.06.2019, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram o Relatório da Administração e o ITR – Informações Trimestrais relativas ao período findo em 30.06.2019, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor